



History of Education in Latin America - HistELA

This work is licensed under a [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

# Acervos escolares como patrimônio educacional: formação, conservação e resistência

## School collections as educational heritage: formation, conservation and resistance

**Elenilce Soares Mourão**

Orcid: 0000-0002-9913-4951

Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina – PI, Brasil. E-mail: [ellenmourao14@gmail.com](mailto:ellenmourao14@gmail.com)

**Cátia Alves Martins**

Orcid: 0000-0001-7355-0191

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS, Feliz – RS, Brasil, E-mail: [catia.martins@feliz.ifrs.edu.br](mailto:catia.martins@feliz.ifrs.edu.br)

**Josanilda Mafra Rocha de Moraes**

Orcid: 0000-0002-0449-8550

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, Natal – RN, Brasil, E-mail: [josanilda.mafra@gmail.com](mailto:josanilda.mafra@gmail.com)

**Naiana Carvalho Gonçalves**

Orcid: 0009-0003-6765-6784

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana – BA, Brasil, E-mail: [naianagoncalves8@gmail.com](mailto:naianagoncalves8@gmail.com)

**Pablo Wilson Lima Dourado**

Orcid: 0009-0000-5896-293X

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campos XII Guanambi, Guanambi – BA, Brasil, E-mail: [dourado.pablo322@gmail.com](mailto:dourado.pablo322@gmail.com)

**DOI:** 10.21680/2596-0113.2025v8n1ID42089

**Citation:** Mourão, E. S., Martins, C. A., Moraes, J. M. R. de, Gonçalves, N. C., & Dourado, P. W. L. (2025). Acervos escolares como patrimônio educacional: formação, conservação e resistência. *History of Education in Latin America - HistELA*, 8(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/42089>

**Competing interests:** The author has declared that no competing interests exist.

**Editor:** Olivia Moraes de Medeiros Neta

**Received:** 14/11/2025

**Approved:** 17/11/2025

**OOPEN ACCESS**

## Resumo

Este artigo discute a relevância da cultura escolar como patrimônio institucional e suas imbricações na formação de sujeitos críticos e conscientes. Os acervos escolares, compostos por registros escritos e objetos representam a memória das práticas pedagógicas, institucionais e das experiências comunitárias, por vezes negligenciados pelas próprias instituições. A pesquisa parte do estudo de caso de três acervos escolares, com a finalidade de identificar as condições de organização e preservação da memória das instituições. Defende-se a conservação dos acervos como tarefa não secundária e a patrimonialização desse vinculado às políticas pedagógicas e administrativas das escolas, promovendo o envolvimento da comunidade escolar e fortalecendo a identidade institucional.

**Palavras-chave:** Acervos escolares. Patrimônio Educacional. Cultura Material. Conservação. Arquivologia.

## Abstract

This article discusses the relevance of school culture as institutional heritage and its intertwining with the formation of critical and conscious individuals. School collections, composed of written records and objects, represent the memory of pedagogical and institutional practices and community experiences, which are sometimes neglected by the institutions themselves. The research is based on a case study of three school collections, with the aim of identifying the conditions for organizing and preserving the memory of institutions. It argues that the conservation of collections is not a secondary task and that their heritage status should be linked to the pedagogical and administrative policies of schools, promoting the involvement of the school community and strengthening institutional identity.

**Keywords:** School collections. Educational Heritage. Material Culture. Conservation. Archival Science.

## Introdução

Os acervos escolares configuram-se como patrimônio institucional fundamental para a compreensão da história e da identidade das instituições de ensino. Compostos por documentos administrativos e pedagógicos, objetos, registros fotográficos e práticas rituais, esses acervos materializam trajetórias de estudantes, professores e comunidades ao longo do tempo. Apesar de abrirem janelas para a memória coletiva, permanecem invisíveis nas políticas escolares, frequentemente relegados a espaços secundários ou ao esquecimento.

A negligência com a organização e preservação dos acervos decorre, em grande parte, do desconhecimento sobre sua relevância e da ausência de políticas específicas que integrem conservação e pedagogia. Sem diagnósticos claros nem formação adequada dos responsáveis pela guarda de documentos, a memória institucional se fragmenta, comprometendo a construção de sujeitos críticos e conscientes de suas raízes educacionais.

Este artigo tem como objetivo discutir a situação dos acervos escolares em três instituições educacionais: O Centro de Ensino de Tempo Integral - CETI Professor Darcy Araújo, em Teresina - Piauí; a Escola Municipal Goes Calmon, em Conceição da Feira - Bahia e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (Campus Natal Central). O texto propõe ações de diagnóstico, de formação, de preservação e defende a incorporação da patrimonialização às políticas pedagógicas e administrativas. Na primeira parte, apresentam-se os conceitos fundamentais de cultura material, acervo escolar, memória, patrimônio institucional e arquivologia. Em seguida, analisam-se casos concretos de diagnóstico e, por fim, sugerem-se estratégias de sensibilização e envolvimento da comunidade escolar para fortalecer a

identidade e o pertencimento institucional de seus usuários.

Neste contexto, as contribuições teóricas de autores como Mignot, (2008; 2012) analisam a cultura material e a patrimonialização de acervos escolares; Cunha e Souza (2012), especialistas em arquivos escolares como patrimônio educativo, fornecem fundamentos para repensar a materialidade escolar. Vidal (2003; 2006) amplia a discussão ao relacionar cultura escolar e práticas de memória; Horta (1999) conceitua a educação patrimonial como processo de alfabetização cultural e leitura crítica do mundo. Esses diálogos embasam o reconhecimento dos acervos escolares como espaços de produção de cultura e de saberes coletivos.

Para orientar as práticas de organização e preservação dos acervos em papel, recorre-se aos conceitos e princípios da Arquivologia segundo Rodrigues (2006) e Schellenberg (2006). Essa área de conhecimento, além de abarcar técnicas de gestão e acesso à informação documental, projeta-se em dimensões sociais, jurídicas, históricas e culturais. Entender o arquivo como um sistema vivo — e não apenas como depósito físico — permite apreender as relações entre ação institucional e memória coletiva, fornecendo a base metodológica para a patrimonialização dos acervos escolares.

## **Conceitos Fundamentais**

### *Memória e Cultura Material na Escola: o Papel dos Acervos e Arquivos*

O conceito de cultura material enfatiza o papel dos objetos como portadores de significado social e histórico, indo além de sua função utilitária. Daniel Miller destaca que os bens materiais articulam relações entre indivíduos, instituições e memórias coletivas, funcionando como “extensões” das práticas culturais e indicadores de identidades sociais. No contexto escolar, entender a cultura material implica reconhecer como livros, uniformes e mobiliário são entidades simbólicas que refletem pedagogias, valores institucionais e trajetórias de gerações de estudantes e professores (Miller, 2013, p. 66).

Para Mignot (2012), “a cultura material escolar é constituída por objetos, práticas e discursos que conformam modos de ser e estar na escola” (p.18), revelando que os acervos escolares não são apenas registros físicos, mas expressões simbólicas de experiências educativas. Os acervos escolares referem-se a conjuntos heterogêneos de documentos, objetos, registros e materiais que testemunham a trajetória de uma instituição educacional. Mignot (2008) apresenta exemplos como cadernos, fotografias e atas que revelam camadas de práticas pedagógicas e narrativas de pertencimento, funcionando como “fontes vivas” para o estudo da cultura escolar. Entendido como uma categoria do acervo, os arquivos (ou fundos) reúnem diversas materialidades por conta das atividades institucionais desempenhadas pela escola.

Entretanto, Cunha e Souza (2012) alegam que a falta de inventários e de sistemas de descrição acentuam a invisibilidade dos acervos e de seus arquivos, comprometendo seu potencial investigativo e educacional.

Diana Vidal reforça essa perspectiva ao afirmar que “os arquivos escolares são fontes privilegiadas para a compreensão da cultura escolar, pois guardam vestígios das práticas cotidianas e das representações construídas no interior das instituições” (Vidal, 2006, p. 3). Assim, pensar os acervos como patrimônio é reconhecer a escola como espaço de memória, cuja preservação contribui para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua própria história.

O estudo dos arquivos, quando associado ao conceito de memória, permite compreender como as sociedades constroem e preservam suas experiências coletivas. Os arquivos, tradicionalmente concebidos como espaços destinados à guarda e preservação de

documentos, assumem, na contemporaneidade, um papel simbólico mais amplo: são lugares de memória, onde se materializam práticas de lembrança e esquecimento. Nesse sentido, compreender os arquivos implica em reconhecer as operações de memória que lhes dão origem e os sentidos históricos e políticos que sustentam sua existência.

Os arquivos, ao registrarem e organizarem documentos, representam mais do que acúmulos neutros de informações. Eles são produtos de contextos institucionais, culturais e políticos e sua constituição reflete disputas de poder. Anjos (2018) observa que o arquivo resulta de operações de memória que expressam uma vontade de lembrar e de fazer lembrar, sendo composto por testemunhos intencionais e não intencionais. O primeiro revela a intenção consciente de preservar determinadas narrativas; o segundo, por sua vez, evidencia contradições, silêncios e vozes marginalizadas, que permitem ao historiador acessar dimensões não previstas pela memória institucional.

Nesse sentido, o arquivo não deve ser compreendido apenas como um repositório físico, mas como um lugar epistêmico, onde se articulam memória, poder e saber. Ele guarda vestígios que possibilitam reconstruir as vozes e experiências excluídas dos discursos oficiais. O trabalho do pesquisador, ao interrogar o arquivo, consiste em identificar tanto as intenções de memória quanto os vazios e esquecimentos que o constituem. O arquivo é, portanto, simultaneamente produto e produtor de memória, revelando tanto o que uma sociedade escolhe recordar quanto o que decide silenciar.

Jardim (1995) argumenta que as instituições arquivísticas públicas latino-americanas foram historicamente estruturadas como instrumentos de preservação de uma memória nacional, muitas vezes associada à identidade do Estado. Entretanto, essa função foi exercida de modo fragmentado e precário, o que resultou em acervos desarticulados e de difícil acesso. Para o autor, o Estado brasileiro, ao não reconhecer plenamente sua própria memória institucional, cria uma situação paradoxal na qual os arquivos públicos tornam-se agentes do esquecimento, relegados a posições periféricas tanto na estrutura estatal quanto na consciência social.

No campo da história da educação, os arquivos assumem papel fundamental na reconstrução das trajetórias escolares e institucionais. Nunes e Carvalho (1993) ressaltam que o desconhecimento dos acervos compromete a compreensão crítica da história da educação e reforça o distanciamento entre as práticas de preservação documental e o fortalecimento da identidade social. As autoras destacam ainda a destruição sistemática de documentos e o desinteresse pela preservação da memória escolar, o que evidencia uma fragilidade histórica na valorização da memória educacional brasileira.

A discussão sobre o arquivo e a memória ultrapassa o âmbito técnico da arquivística e se inscreve nas reflexões sobre identidade, poder e cultura. Os arquivos não apenas conservam documentos, mas também registram e simbolizam processos de seleção, exclusão e permanência. A memória, nesse contexto, deixa de ser um simples acúmulo de lembranças para ser compreendida como um processo social ativo, em constante (re)construção. É nesse movimento que o arquivo se consolida como um campo privilegiado de diálogo entre o passado e o presente, entre o lembrar e o esquecer.

#### *O patrimônio escolar como categoria de análise histórica e cultural*

O conceito de patrimônio sofreu, ao longo do tempo, significativas transformações teóricas e conceituais. Tradicionalmente associado ao termo “Patrimônio Histórico e Artístico”, o patrimônio era entendido como o conjunto de monumentos e bens materiais de valor excepcional, representativos de uma herança nacional. Entretanto, com o avanço das reflexões no campo das ciências humanas e dos estudos culturais, esse conceito foi ampliado, passando a incluir as dimensões simbólicas, sociais e imateriais da experiência humana.

Segundo Fonseca (2009), o patrimônio cultural não se restringe a “conjuntos de monumentos antigos”, mas abrange “a cultura, a arte, as histórias que marcam uma sociedade em determinado contexto histórico” (p.59). Essa perspectiva rompe com uma visão elitista e monumentalizada, inserindo o patrimônio na dinâmica viva das práticas culturais, nas quais o valor simbólico é socialmente atribuído. Assim, o patrimônio é entendido como um espaço de memória e identidade coletiva, em que a sociedade reconhece e reinterpreta suas heranças.

Nesse sentido, o patrimônio deve ser compreendido não apenas como um acervo de objetos do passado, mas como um processo social de atribuição de valores. Choay (2011) explica que o patrimônio histórico designa “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias” (p.11), sendo constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum. Essa noção implica reconhecer que o patrimônio é construído, interpretado e legitimado por determinados grupos em contextos históricos específicos, transformando-se em uma linguagem que traduz a relação entre memória e história.

Pierre Nora (1989), ao desenvolver o conceito de lugares de memória, aprofunda essa relação ao afirmar que a memória se materializa em espaços, objetos e práticas que simbolizam identidades coletivas. A escola, nesse contexto, constitui um desses lugares privilegiados, pois nela se inscrevem as experiências, as tradições pedagógicas e os valores culturais de uma comunidade. É nesse ponto que emerge o conceito de patrimônio escolar, compreendido como o conjunto de bens, práticas, representações e memórias produzidas e preservadas no âmbito das instituições educativas.

O patrimônio escolar articula dimensões materiais — como prédios, mobiliário, instrumentos pedagógicos, documentos e arquivos — e imateriais, como saberes docentes, rotinas escolares, valores, tradições e narrativas de professores e alunos. Para Escolano (2017), a formação de profissionais da educação deve apoiar-se na “cultura escolar”, na “educação patrimonial” e na lógica dedutiva, pois a escola é, ao mesmo tempo, um espaço de transmissão e produção cultural. A cultura escolar, nesse sentido, é o tecido que dá forma à experiência educativa e, o patrimônio escolar, é a expressão material e simbólica dessa cultura. Nesse sentido, “a cultura escolar constitui o conjunto de práticas, normas, saberes, comportamentos e valores que estruturam a vida cotidiana da escola e definem o modo como se aprende e se ensina” (Escolano, 2017, p. 45), revelando-se como um campo fértil para compreender os processos históricos e simbólicos da educação.

A preservação dos bens escolares, tangíveis e intangíveis, contribui para compreender os modos pelos quais a educação se institucionaliza e se transforma historicamente. A escola, ao longo de sua trajetória, acumula símbolos, práticas e discursos que a tornam um lugar de memória (Nora, 1993), no qual se articulam identidade, história e pertencimento.

Le Goff (1990) considera o patrimônio como um lugar de resistência ao desencantamento do mundo, afirmando que a memória, ao conservar informações e experiências, constitui a base da identidade coletiva. O patrimônio escolar, ao conservar documentos, edifícios e objetos, permite ao pesquisador e à comunidade escolar revisitar as práticas educativas, reinterpretar o passado e construir novas leituras do presente. Trata-se, portanto, de um campo de diálogo entre a memória individual e a memória institucional, que permite compreender como os sujeitos atribuem significados à experiência escolar.

Segundo Pelegrini (2007), o patrimônio cultural é “lôcus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (p.01). No caso do patrimônio escolar, essa materialidade manifesta-se em arquivos, cadernos, atas, fotografias, livros didáticos e objetos pedagógicos, que são portadores de sentidos culturais. Esses elementos constituem uma espécie de arquivo vivo da educação, no qual se registram práticas, discursos e políticas que moldaram a história escolar. Assim, a investigação sobre o patrimônio escolar contribui não

apenas para a história da educação, mas também para a construção de uma consciência patrimonial no meio educativo.

A relação entre memória, identidade e educação é central nessa perspectiva. Pollak (1989; 1992) argumenta que a memória coletiva é um instrumento de coesão e resistência, que permite aos grupos sociais afirmarem sua continuidade e identidade frente às transformações históricas. No espaço escolar, as memórias de professores, estudantes e gestores configuram narrativas que ajudam a compreender as práticas pedagógicas e as transformações institucionais. Essas narrativas, quando preservadas e reinterpretadas, convertem-se em patrimônio imaterial, reforçando o sentido de pertencimento e de continuidade histórica.

A partir dessa compreensão, o patrimônio escolar ultrapassa o campo da conservação material e adentra o da educação patrimonial, entendida como prática de valorização e apropriação crítica da memória. Horta (2000) afirma que “patrimônio indica bens e valores materiais e imateriais transmitidos de geração a geração na trajetória de uma comunidade” (p.17). Ao assumir essa herança, a escola desempenha papel fundamental na mediação entre o passado e o futuro, promovendo a consciência histórica e a cidadania cultural.

Nesse contexto, a preservação do patrimônio escolar não se reduz à guarda de objetos antigos, mas implica o reconhecimento do valor simbólico e pedagógico dos bens e das práticas escolares. Joutard (2000) lembra que a memória envolve representações e reconstruções da realidade, de modo que o trabalho do historiador da educação consiste em compreender como essas representações se constroem e se atualizam na experiência escolar. A escola, portanto, não é apenas um espaço de transmissão de saberes, mas também um agente de produção de memórias e patrimônios culturais.

Compreender o patrimônio escolar é reconhecer a escola como uma instituição que produz cultura e história. Cada edifício, cada documento ou objeto pedagógico carrega em si uma narrativa sobre o modo como uma comunidade construiu sua relação com o saber, com a infância e com a sociedade. O patrimônio escolar, portanto, não é apenas um conjunto de vestígios do passado, mas uma dimensão viva da experiência educativa, que possibilita o diálogo entre tempos, gerações e saberes.

A concepção contemporânea de patrimônio escolar fundamenta-se na inter-relação entre memória, identidade e cultura escolar. Compreende-se que preservar o patrimônio da escola é preservar a história da educação e da comunidade que a sustenta. O patrimônio escolar é, assim, um campo de pesquisa, um espaço de pertencimento e um instrumento de formação cidadã. Ele mantém viva a consciência histórica e contribui para que a escola continue sendo, como quer Rüsen (2001), “uma práxis cultural elementar e universal da constituição de sentido expressa pela linguagem” (p.154), capaz de articular passado, presente e futuro no processo contínuo de construção da identidade social.

#### *A escola como espaço de construção e preservação do patrimônio institucional*

A escola e seu patrimônio são fundamentais para a formação dos sujeitos e para a promoção da cidadania. Logo, a constituição de acervos escolares, fazendo uso do arquivo permanente assim como dos objetos que deixaram de ser utilizados no processo de ensino e aprendizagem, tem se popularizado, de maneira que tem conquistado pesquisadores e grupos interessados em “patrimonializar” práticas educativas concernentes a períodos específicos da história, com vistas a fazê-las resistir ao tempo e ao esquecimento (Oliveira & Souza-Chaloba, 2024).

Nesse sentido, Souza (2013) expõe que “As justificativas para se preservar o patrimônio escolar tendem a reiterar a importância da conservação da memória da escola, remetendo a seus vínculos com a formação da infância e da juventude e o espaço de transmissão de cultura e processos de construção de subjetividades e de identidades” (p.212).

Isto posto, entende-se que a preservação do patrimônio escolar se constitui em um elemento singular para a conservação da história da instituição escolar, espaço onde ocorre a conformação das subjetividades e identidades dos sujeitos, através das relações sociais que estes estabelecem em seus processos formativos.

Deste modo, Gil e Almeida (2013) concebem como patrimônios da educação o “conjunto de documentos escritos, orais, imagéticos, objetos e práticas intangíveis das instituições escolares, assim considerados pelos atores escolares responsáveis por essa atribuição de valor e construção de significados para tais bens culturais” (p.122).

Sob uma perspectiva mais ampliada, Mogarro, Gonçalves, Casimiro e Oliveira (2010) consideram que o patrimônio escolar diz respeito a arquitetura escolar, compreendendo o edifício das escolas, o espaço que o circunda e sua funcionalidade, seus equipamentos, seus materiais de uso cotidiano e seus materiais didáticos, como também seus instrumentos científicos utilizados no ensino das diferentes ciências, caixas métricas, quadros, ábacos, meios audiovisuais, cadernos escolares, trabalhos de alunos, entre outros. Também integram o patrimônio escolar, os catálogos de editoras, manuais de ensino, que agrupam os materiais didáticos usados nos processos de ensino-aprendizagem, documentos de arquivo os quais retratam a trivialidade institucional como notas de aquisição de materiais, recibos, inventários, requerimentos de professores, além da literatura que versa sobre o tema. A imprensa educativa também pode ser considerada patrimônio escolar, uma vez que divulga as ações, os acontecimentos, as normas e as práticas historicamente materializadas em âmbito institucional.

Todavia, para que esse patrimônio escolar seja acessado “[...] é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais” (Nora, 1993, p.13), elas precisam ser construídas e institucionalizadas, com vistas a manter viva a memória institucional, em um processo que busca resistir às intempéries advindas com o tempo, entre elas, o esquecimento.

Dessa maneira, Oliveira e Souza-Chaloba (2024) reiteram que é preciso criar espaços de memória escolar, sejam físicos ou virtuais, no espaço escolar ou fora dele, que possibilitem a visitação, a consulta, o contato com documentos, e objetos concernentes a história e memória da escola e dos sujeitos que dela fizeram parte. Por conseguinte, os autores esclarecem que o reconhecimento da importância do espaço de memória escolar por essa comunidade e a construção de espaços para salvar, guardar e disponibilizar esses bens culturais é denominado de patrimonialização escolar.

## **Caminho metodológico**

Este estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, orientada por um múltiplo estudo de caso em três instituições de ensino que mantêm acervos escolares em suporte de papel. A escolha dos casos levou em conta a diversidade de realidades (escolas públicas de diferentes portes e níveis de recursos), permitindo comparar práticas de organização e conservação em contextos distintos.

A coleta de dados foi feita a partir de visitas técnicas *in loco* para inspeção dos espaços de armazenamento, registro fotográfico das condições ambientais (umidade, luminosidade, mobiliário) e levantamento informal de materiais; entrevistas semiestruturadas com responsáveis pelos acervos (diretoras e auxiliares administrativas) focando em formação, rotinas de preservação e existência de políticas internas para pensar a preservação.

Para orientar a investigação, foram definidos três eixos de análise inspirados nos princípios arquivísticos e nos referenciais de Mignot, Santos e Cunha; Souza e Vidal: 1.inventário e catalogação; 2.condições físicas de guarda; 3.participação da comunidade escolar.

## Diagnósticos e Resultados

Apresenta-se os resultados da coleta de dados obtidos por meio de perguntas em roteiro semiestruturado, aplicado com secretárias e diretoras das escolas selecionadas para a pesquisa.

### *Diagnóstico Escola A*

O Centro de Ensino de Tempo Integral CETI, anteriormente Unidade Escolar Professor Darcy Fontenele de Araújo, localizada na Av. Nossa Senhora de Fátima, s/n, na zona leste de Teresina-Piauí, foi um dos *locus* da coleta de dados para a pesquisa em foco. Fundado em 20 de agosto de 1974, a escola teve ao longo dos anos, uma trajetória de mudanças e atendimentos em vários níveis e modalidades de ensino. Hoje atende ao projeto de escolas integrais, do 7º ao 9º ano do fundamental e 1ª e 2ª série do Ensino Médio.

A coleta de dados foi obtida no CETI Darcy Araújo por meio de entrevista semiestruturada com a atual diretora e com a auxiliar administrativa, atualmente na função de secretária escolar. A última é uma das responsáveis pela produção, organização e guarda dos documentos. A abordagem metodológica adotada visou compreender as práticas arquivísticas vigentes na instituição.

O acervo documental do Centro de Educação de Tempo Integral (CETI) Darcy Araújo é composto por uma diversidade de tipologias que refletem as múltiplas dimensões administrativas, pedagógicas e históricas da instituição. Entre os documentos arquivados, destacam-se as pastas funcionais dos servidores, que registram a trajetória profissional e os vínculos laborais dos colaboradores; a correspondência oficial, que contempla comunicações internas e externas de caráter institucional; e as pastas individuais dos alunos matriculados, contendo dados escolares, históricos e registros acadêmicos. Além desses, o acervo abriga materiais de valor simbólico e memorial, como álbuns fotográficos que documentam eventos e atividades escolares, bem como troféus e medalhas conquistados em competições e projetos educacionais. Essa variedade tipológica evidencia o papel do arquivo escolar não apenas como instrumento de gestão, mas também como guardião da memória institucional.

Verificou-se que o sistema de arquivamento utilizado pela escola é predominantemente físico, com os documentos organizados em pastas suspensas, devidamente identificadas em 14 arquivos de gavetas e dois armários de aço. Conforme relato da entrevistada, não há quantificação do montante de documentos e até o momento, não houve adoção de processos de digitalização dos registros. A estrutura organizacional do arquivo segue uma lógica interna de classificação e arquivamento, estabelecida com o objetivo de facilitar o acesso e assegurar a preservação dos documentos no cotidiano administrativo da escola.

No que se refere ao ciclo de vida documental, observou-se que o tempo de permanência dos registros no arquivo operacional varia conforme sua natureza. Parte do acervo é mantida por um período aproximado de cinco a dez anos, sendo posteriormente transferida para o arquivo permanente. Essa transição obedece a critérios previamente definidos, considerando a relevância e a necessidade de conservação dos documentos em longo prazo.

A política de acesso ao acervo documental é caracterizada por restrições, sendo autorizada apenas aos profissionais diretamente envolvidos na gestão administrativa e pedagógica da instituição, tais como direção, vice-direção e equipe de coordenação. Segundo às entrevistadas, essa delimitação tem como finalidade principal garantir a segurança e a

integridade dos documentos, prevenindo riscos relacionados ao manuseio inadequado e à possível perda de informações relevantes.

No que tange à formação dos servidores responsáveis pela gestão documental, observa-se que, ao ingressarem na instituição e assumirem suas respectivas funções, estes recebem um treinamento introdutório voltado para os princípios básicos da arquivologia. Tal capacitação tem como objetivo orientar quanto às práticas adequadas de organização, conservação e acesso aos documentos escolares. Em relação à temporalidade do acervo, verifica-se que os documentos permanecem na unidade escolar por tempo indeterminado, sendo sua guarda condicionada ao estado de conservação e à relevância administrativa ou pedagógica. Especificamente, os registros referentes aos alunos são mantidos indefinidamente, dada sua importância legal e histórica. Embora ainda não haja a implementação efetiva de processos de digitalização, existem projetos em desenvolvimento com vistas à modernização do acervo. Ressalta-se que, no âmbito da Secretaria de Educação, já está disponível o serviço digital de emissão de certificados, o que representa um avanço na adoção de tecnologias voltadas à gestão documental.

No cotidiano da instituição, o acervo documental enfrenta diversos desafios que comprometem sua preservação e integridade. Entre os principais fatores, destacam-se as condições climáticas adversas da cidade de Teresina, caracterizadas por elevadas temperaturas e significativa variação na umidade relativa do ar, que favorecem o surgimento de fungos, o ressecamento do papel e a deterioração acelerada dos materiais arquivísticos. Além disso, foram observados problemas estruturais, como a presença de goteiras, nos meses chuvosos, que expõem os documentos à umidade excessiva e ao risco de danos irreversíveis. O acondicionamento inadequado, aliado à ausência de práticas padronizadas de manuseio, agrava ainda mais a situação, especialmente pela inexistência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) durante o uso diário dos registros. Esses fatores, em conjunto, evidenciam a necessidade de medidas corretivas e preventivas voltadas à conservação do acervo e à promoção de boas práticas arquivísticas do patrimônio escolar.

#### *Diagnóstico Escola B*

A coleta de dados realizada na Escola Municipal Góes Calmon, localizada na Rua Castro Alves, nº 386, no município de Conceição da Feira – Bahia, possibilitou a compreensão dos procedimentos de preservação e gerenciamento do acervo documental da instituição. As informações foram obtidas por meio de entrevista semiestruturada com uma agente administrativa responsável pela guarda e organização dos registros. Embora tenha sido reafirmado o compromisso ético de preservação da identidade da entrevistada, a mesma optou por não ter seu nome mencionado no estudo.

No que diz respeito à formação profissional, foi relatado que não há capacitação específica em Arquivologia. O conhecimento acerca das práticas de arquivamento é adquirido de forma empírica, com base na experiência e na rotina administrativa da escola. As orientações são repassadas internamente, conforme a necessidade de cada função, sem a existência de protocolos formais de gestão documental.

A prática arquivística da instituição é inteiramente manual, com documentos armazenados em pastas físicas devidamente identificadas. Não há, até o momento, processos de digitalização ou uso de sistemas informatizados de controle. A organização segue uma lógica interna de classificação, voltada a facilitar o acesso e a conservação dos registros administrativos e pedagógicos.

Quanto ao ciclo de vida documental, observou-se que parte dos registros permaneceu no arquivo ativo por cerca de dois anos, sendo posteriormente transferida para o arquivo inativo, de acordo com sua relevância e necessidade de preservação a longo prazo.

A política de acesso ao acervo é restritiva, permitindo consulta apenas aos profissionais diretamente envolvidos na gestão escolar, direção, vice-direção e equipe de coordenação, com o objetivo de garantir a segurança e integridade dos documentos e evitar o manuseio indevido.

De modo geral, constatou-se que o acervo documental da Escola Municipal Góes Calmon enfrenta desafios comuns às instituições públicas, como a ausência de políticas formais de preservação, a limitação de recursos materiais e a falta de formação técnica específica. Ainda assim, observou-se esforço por parte da equipe administrativa em manter a organização e o cuidado com os registros, reconhecendo o valor histórico e institucional do acervo escolar.

### *Diagnóstico Escola C*

A terceira entidade escolar selecionada para a coleta de dados foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) Campus Natal Central, o qual se constitui no campus mais antigo que compõem a rede, conformada por seus 22 campi, do Polo Embrapii Centro de Tecnologia Mineral Professor José Yvan Pereira Leite e da Reitoria.

Apesar de sua extensão e de sua atuação capilarizada, no que tange ao seu acervo escolar, o IFRN possui apenas um arquivo permanente, o arquivo do IFRN- CNAT, o qual funciona nas dependências do IFRN- Campus Natal Central, localizado na Avenida Senador Salgado Filho, 1559 - Tirol, Natal - RN, 59015-000. Este arquivo salvaguarda a história e a memória das institucionalidades que antecederam o IFRN, e, de modo mais recente, detém a curatela do acervo escolar do Campus CNAT, uma vez que, cabe aos demais campi, organizarem o gerenciamento de seus acervos.

Através de uma visita *in loco*, empreendida no dia 23 de outubro de 2025, ao arquivo geral do IFRN-CNAT, realizamos uma entrevista semiestruturada com uma servidora que é assistente administrativo da instituição e atua como coordenadora geral do arquivo, na função de apoio à gestão institucional, desde 2019.

No início de nossa entrevista, a referida servidora contextualizou que não obstante o Regimento Institucional de 1965 prevê a constituição de um arquivo geral, seus estudos sobre a temática revelaram que o arquivo do IFRN-CNAT foi constituído em 1970, quando a então, Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, destinou um servidor que atuava no protocolo, para realizar a guarda do acervo que possuía documentos desde 1909. Entretanto, foi somente a partir de 2009, durante o evento do Centenário do IFRN, que houve uma maior atenção para a sua história e para a sua memória, e assim, contratou duas arquivistas, para, no ano de 2011, iniciarem um trabalho de gestão documental, com base em parâmetros arquivísticos.

O fato ora apresentado expressa um caso concreto da constatação feita por Vidal (2006) ao abordar a situação dos arquivos escolares, quando menciona que:

Em geral, interessadas no valor comprobatório dos documentos, as secretarias de escola mantêm cuidadoso registro da vida escolar de alunos e professores, atualizando com frequência os arquivos correntes. O mesmo desvelo não é concedido à documentação histórica, na maioria das vezes, acumulada em arquivos mortos, e aos documentos produzidos cotidianamente pela atividade pedagógica. Seu fim assemelha-se, distanciando-se apenas no tempo. Enquanto os primeiros sofrem destruição progressiva em virtude da má conservação, os segundos encontram na lixeira seu destino. (p.09)

Nesse sentido, os estudos de Vidal (2006) evidenciaram que, comumente, as escolas não possuem tanto zelo com os documentos históricos, semelhante ao cuidado que possuem com os arquivos correntes (atuais), implicando na destruição progressiva dos documentos históricos, haja vista suas condições de má conservação.

Considerando que o arquivo abriga a memória e a história de uma escola centenária que oferta o ensino profissional, desde os primeiros anos do regime republicano, podem ser encontradas tipologias documentais diversas como: documentação textual, documentação iconográfica (fotografias) e documentação cartográfica (plantas arquitetônicas).

A maior parte do acervo se constitui de documentos textuais, entre os quais, cabe citar, documentos administrativos (portarias da direção geral, relatórios de gestão, planos de atividades, Livros de Termos de Posse, Livros de Assentamento de Pessoal, Livros de Inventários), documentos financeiros (pregões, licitações, livro de pagamento de pessoal, etc) e documentação acadêmica (livros de matrículas dos alunos, livros de chamadas, ementas de disciplinas, etc). Objetos e artigos que fazem parte da cultura material da instituição, compõem um Memorial, o qual estará disponível para visita em breve e se situa no Centro de Tecnologia e Cultura Luzia Vieira de França (Av. Rio Branco, antigo prédio do Natal-Centro Histórico), sob a gestão da Reitoria do IFRN.

No que tange ao número total de documentos salvaguardados no arquivo do IFRN CNAT, não há uma quantificação precisa do montante de documentos existentes, uma vez que o arquivo se encontra parcialmente organizado, entretanto, sabe-se que o setor faz a curadoria de cerca de 1000 plantas arquitetônicas (pequenas e grandes); 34 mil dossiês de ex-alunos, divididos em torno de umas 500 caixas; 93 livros históricos (livros de matrícula, livros de chamada, livros de termos de assentamento de pessoal); mais de 12 mil fotografias, entre outros documentos.

De um modo geral, são mais de 5 mil metros lineares de documentação, organizados em 36 módulos, os quais permitem guardar o acervo em caixas arquivo, e em pastas AZ. Há também estantes deslizantes que facilitam o manuseio do acervo, armários de madeira, duas mapotecas que acondicionam as plantas arquitetônicas, e, ainda como equipamentos que otimizam a gestão documental, cabe mencionar a existência de uma mesa higienizadora e dois escâneres (um escâner de mesa e um escâner pequeno do tipo planetário).

O sistema de arquivamento da instituição é majoritariamente físico, todavia, o setor, ao longo dos anos tem envidado esforços, e lançado mão de algumas estratégias com vistas a lograr êxito na empreitada de que o acervo seja completamente digitalizado. Ademais, diante do objetivo de divulgar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo arquivo do CNAT, o setor criou a sua página no instagram, e por meio da participação em uma atividade desenvolvida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), realizou uma exposição virtual no Flickr, a qual hoje se constitui em um acervo digital consultado por pesquisadores e estudiosos da história e da memória do IFRN.

Por se tratar de um arquivo permanente que guarda a história e a memória de uma instituição pública de ensino profissional, o acesso ao arquivo do IFRN- CNAT é público, todavia, existem alguns procedimentos ( agendamento) que visam organizar e formalizar as visitas, para que a equipe que atua no setor disponha dos meios necessários a atender aos visitantes da melhor forma, considerando as finalidades das visitas.

Dentre os desafios vivenciados pelo arquivo do IFRN- CNAT, a entrevista evidenciou que apesar da importância deste espaço que se constitui como guardião da história e da memória do IFRN, as ações institucionais não caminharam, ao longo dos anos, na diretriz de reconhecê-lo como tal, uma vez que poucos documentos institucionais fazem menção a sua existência. A definição de sua localização no organograma institucional ocorreu a partir de uma reivindicação da servidora que coordena o setor.

A quantidade de profissionais que atuam no arquivo é incompatível com a quantidade e a complexidade de demandas que atendem, haja vista atualmente o setor dispor de duas servidoras efetivas, das quais, uma sinalizou que, no prazo de um ano retornará a instituição que fora cedida anteriormente. Além das duas servidoras efetivas, o arquivo dispõe de uma

estagiária pela manhã, uma à tarde, e duas bolsistas pela manhã e duas à tarde, as quais contribuem sobremaneira para o desenvolvimento das atividades no setor, contudo, se constituem em um público extremamente rotativo, dada a natureza de seus vínculos com o IFRN.

Ademais o espaço físico no qual o arquivo se encontra situado, não é adequado à salvaguarda de documentos, por se encontrar às margens de um campo de futebol, onde o terreno é arenoso, e assim, absorve a água, causando infiltrações, aumentando a proliferação de fungos e mofo. Essa proximidade com o campo de futebol também aumenta as sujidades decorrentes da poeira que entra no arquivo, assim como proporciona a entrada de pequenos seres vivos (formigas, cupins, etc), que em contato com os documentos promovem uma rápida deterioração do acervo.

Ainda no que tange às condições de infraestrutura do arquivo do IFRN CNAT, a entrevista nos permitiu evidenciar que as condições climáticas de acondicionamento do acervo são inapropriadas, haja vista o tempo e as condições de funcionamento dos ar-condicionados não possibilitarem que o acervo se mantenha continuamente sob a temperatura recomendada pelos parâmetros arquivísticos.

Essas condições inadequadas a que o arquivo permanente do IFRN- CNAT se encontra submetido configura uma realidade que segundo Souza ( 2013) é encontrada em diversas localidades e regiões do Brasil, nas quais os arquivos escolares são “[...] quase sempre encontrados em estado lamentável de organização e conservação” (p.205).

Todavia, apesar das dificuldades enfrentadas nos dias atuais, durante a realização da entrevista com a servidora do arquivo do IFRN-CNAT, ao questionarmos sobre os principais danos que afetam ou afetaram o acervo ao longo dos anos, ela nos respondeu que a principal ameaça ao acervo foi a falta de gestão documental ao longo do tempo, uma vez que a instituição constituiu profissionais da área passados 100 anos de sua história.

Essa resposta nos possibilitou refletir sobre o lugar que socialmente foi designado aos arquivos, ou melhor, que não foi designado. Nesse sentido cabe lembrar que por muito tempo foi utilizada nomenclatura “arquivo-morto” (hoje chamado de arquivo morto para designar os espaços que “guardavam” documentos “antigos”, geralmente, amontoados, sem a devida organização, constituindo-se em verdadeiros depósitos de papéis em desuso.

#### *Quem Cuida dos Acervos escolares?*

Das três escolas analisadas, em duas delas, a custódia dos acervos recai sobre as secretarias escolares, cujos profissionais não possuem formação específica em arquivologia ou conservação de documentos. Como consequência, a organização é fragmentada e a conservação, quando realizada, resume-se a acondicionamento dos documentos em armários com pastas suspensas ou armários de prateleiras, empilhamento de caixas e pastas em ambientes inadequados, sem controle de temperatura ou umidade. Nas instituições que dispõem de recursos, a terceirização para empresas especializadas traz soluções pontuais de higienização e acondicionamento, mas raramente envolve professores ou alunos (com exceção do IFRN, que recebe bolsistas) em processos pedagógicos de memória, limitando o acervo a uma mera reserva técnica.

Em nenhum dos casos observamos políticas institucionais claras ou regimentos internos que estabeleçam diretrizes permanentes para a preservação e uso didático dos acervos. A ausência de normas formalizadas faz com que cada intervenção seja episódica e dependa do interesse momentâneo da gestão, comprometendo a continuidade dos registros históricos. Sem um marco orientador, os acervos permanecem dispersos, subutilizados e vulneráveis à perda de seu potencial educativo enquanto equipamentos de formação de identidade e pertencimento.

## Diagnóstico da Situação Atual

### *Principais problemas encontrados nos acervos*

Nos três acervos analisados, observamos falhas estruturais que comprometem a integridade e a utilidade dos documentos. A maioria das escolas desconhece o valor histórico de seu patrimônio e não realiza inventário ou catalogação, conforme ressalta Cunha e Souza (2012) sobre a necessidade de bases arquivísticas mínimas. As condições físicas são precárias, com espaços sujeitos à umidade, calor excessivo, luz direta e falta de mobiliário apropriado, descumprindo os princípios de conservação preventiva que Mignot (2008) associa à vulnerabilidade da cultura material. A carência de formação específica e de pessoas dispostas a colaborar resulta em manuseio inadequado e empilhamentos improvisados que agravam o risco de perda irreversível.

Além disso, há uma falta de conhecimento sobre a necessidade de preservação e conservação desses documentos. As escolas, muitas vezes, não entendem o valor desses arquivos para a história da própria instituição. Essa desatenção faz com que o tempo de vida útil desses registros no ambiente escolar seja muito curto, variando de cinco a dez anos. Depois disso, a informação se perde, e junto com ela, um pedaço da memória educacional.

A esses fatores estruturais soma-se o déficit de recursos humanos especializados. Os responsáveis pelos arquivos escolares, na maioria das vezes são pessoas que ocupam o cargo de secretariado, sendo assim além das suas funções já lhes atribuídas, recai sobre si a tarefa de cuidar, manejar e preservar os arquivos escolares, sem possuírem uma formação técnica específica necessária para o tratamento de documentos históricos, o que evidencia e reforça a fragilidade institucional dessas práticas de memória.

Além dos problemas técnicos, nota-se a ausência de engajamento da comunidade escolar e de conscientização sobre a importância das próprias histórias. Diana Vidal destaca que práticas de memória só se consolidam quando alunos e professores se envolvem com as ações de conhecimento e preservação do acervo escolar.

### *Propostas de Formação e Preservação*

A implementação de programas de formação continuada para professores, gestores e funcionários é o primeiro passo para assegurar a conservação preventiva dos acervos escolares. Por meio de oficinas, cursos e seminários, os participantes aprendem práticas de manuseio, monitoramento ambiental (temperatura, umidade e iluminação) e identificação de riscos como bolor, insetos e oxidação de papéis. Essa capacitação deve basear-se em diretrizes arquivísticas e museológicas, conferindo embasamento teórico e metodológico para que, no dia a dia, as equipes reconheçam a fragilidade dos documentos e adotem procedimentos padronizados de proteção.

A criação de núcleos de memória escolar, envolvendo professores, alunos, ex-alunos e familiares, fortalece o vínculo entre a instituição e sua comunidade e inaugura espaços colaborativos de pesquisa e valorização histórica. Esses grupos podem reunir estagiários de arquivologia, biblioteconomia, museologia, conservação e restauro, sob a supervisão de universidades e arquivos públicos parceiros. A interlocução com essas instituições traz suporte técnico, acesso a laboratórios especializados e troca de conhecimentos, ao mesmo tempo em que promove experiências práticas aos estudantes de graduação.

A realização sistemática de inventário e digitalização dos itens mais frágeis constitui etapa essencial à salvaguarda da memória escolar. O inventário – organizado segundo padrões de descrição arquivística – e a captura digital em alta resolução permitem não só localizar e controlar o uso dos documentos como também garantir cópias de segurança. É fundamental

planejar a atualização periódica dos suportes digitais, migrando arquivos para novos formatos e mídias antes que ocorram obsolescência ou degradação das tecnologias de armazenamento.

O acondicionamento correto dos materiais em embalagens e mobiliário apropriados prolonga a vida útil dos acervos. Caixas e pastas de papel livre de acidez, almofadas de suporte para livros e documentos encadernados, fitas de contenção e estantes com prateleiras metálicas revestidas contribuem para a estabilidade física dos itens. Aliada ao controle ambiental, essa ancoragem física – recomendada em normas internacionais de conservação preventiva – minimiza tensões mecânicas e químicas, reduzindo significativamente o desgaste ao longo do tempo.

Para consolidar a preservação como parte integrante do projeto educativo, é imprescindível incluir o tema da memória institucional nos projetos pedagógicos e currículos escolares. A incorporação de atividades interdisciplinares, como pesquisas de história local, oficinas de catalogação e exposições temáticas, sensibiliza estudantes para a importância de seus próprios acervos. Campanhas de valorização que convoquem ex-alunos para compartilhar testemunhos orais, fotos e objetos transformam o patrimônio material em um catalisador de identidade e pertencimento, alinhando-se à proposta de educação patrimonial defendida por Parreiras Horta (2000).

## **Conclusões**

A investigação sobre os acervos do CETI Professor Darcy Araújo, da Escola Municipal Góes Calmon e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte, (Campus Natal Central), evidenciou um paradoxo central no contexto das escolas públicas brasileiras: enquanto o acervo documental se constitui, por natureza, como o patrimônio institucional mais tangível e vital para a memória da comunidade, ele permanece marginalizado das políticas pedagógicas e administrativas. A análise dos casos concretos confirmou as premissas teóricas de Mignot, Cunha, Souza e Vidal: a gestão documental é marcada pela precariedade estrutural, pela ausência de formação técnica específica e pela descontinuidade nas práticas de preservação.

Os resultados demonstram que, nas três instituições, a organização dos documentos é predominantemente empírica e física, o que gera riscos iminentes de perda de informação em face de problemas ambientais e da ausência de inventário e digitalização. Mais grave que a falha técnica, contudo, é a falha cultural: a custódia dos acervos, relegada a profissionais sem formação específica e submetida a políticas restritivas de acesso, impede que o arquivo cumpra sua função social e pedagógica. Ao manter o acervo distante de professores e alunos, a escola silencia sua própria história, comprometendo o fortalecimento da identidade e do pertencimento, conforme defendido pela educação patrimonial de Horta (2000).

Neste cenário, a preservação dos acervos escolares emerge como um imperativo ético e um ato de resistência. É um ato de resistência contra a cultura do descarte e do esquecimento que acompanha a crônica precarização do setor público e um imperativo por reconhecer que o patrimônio não reside apenas no objeto, mas na potencialidade de sentido que ele oferece. Pensar os acervos como patrimônio é, em essência, reconhecer que a escola é um espaço vivo de memória, onde se materializam as trajetórias e as subjetividades que compõem a história da educação.

Portanto, as propostas de ação delineadas neste trabalho da formação continuada baseada nos princípios arquivísticos à criação de núcleos de memória e à inclusão do tema no Projeto Político-Pedagógico não são meros adendos técnicos, mas sim estratégias de intervenção crítica. O contato com a própria história e seus vestígios é um componente insubstituível na

formação de sujeitos críticos, capazes de ler o mundo e se posicionar de forma consciente em relação ao seu passado e ao seu presente.

Em última análise, este estudo reitera a urgência de que as instituições escolares assumam a responsabilidade pela sua memória de forma gradual, contínua e, sobretudo, coletiva. A patrimonialização dos acervos escolares é um processo que exige a colaboração interinstitucional e o engajamento de toda a comunidade escolar, transformando o arquivo de um "depósito administrativo" em um equipamento cultural dinâmico, essencial para a transparência da gestão e para a consolidação de uma cultura de memória e pertencimento no ambiente educacional brasileiro.

## Referências

- Alberti, V. (2004). *História oral: A experiência do CPDOC* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Anjos, J. J. T. dos. (2018). O testemunho dos arquivos e o trabalho do historiador da educação. *Revista História da Educação*, 22(55), 279–292.
- Arquivo Nacional (Brasil). (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Belloto, H. L. (2006). *Arquivos permanentes: Tratamento documental* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal.
- Choay, F. (2006). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP.
- Choay, F. (2011). *O patrimônio em questão: Antologia para um combate*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Cunha, M. V. da., & Souza, R. F. de. (2012). Arquivos escolares e patrimônio educativo: Fundamentos para a preservação da memória escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*, 12(2), 35–58.
- Escolano, A. (2017). *Educação patrimonial e cultura escolar: Fundamentos para a formação docente*. Madrid: Morata.
- Fonseca, M. C. L. (2009). *O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil* (3ª ed.). Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN.
- Gadamer, H. G. (1999). *Verdade e método: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica* (3ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Gil, C. Z. de V., & Almeida, D. B. (2013). Patrimônios da educação: O ensino e a pesquisa. *Revista Latino-Americana de História*, 2(6), 121–136.\* Disponível em:\* <https://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/181> (Acesso em 11 out. 2025).
- Horta, M. de L. P. (2000). *Educação patrimonial: Histórico, conceitos e processos*. Brasília: IPHAN.
- Horta, M. de L. P. (s.d.). Educação patrimonial como alfabetização cultural. In Oriá (Org.). [Dados da publicação não informados].

Jardim, J. M. (1995). A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, 25(2), 1–13.

Joutard, P. (2000). *Escrever a história oral: Problemas teóricos e metodológicos*. Lisboa: Fim de Século.

Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp.

Meneses, U. T. B. de. (1999). A crise da memória, história e documento: Reflexões para um tempo de transformações. In Z. L. da Silva (Org.), *Arquivos, patrimônio e memória: Trajetórias e perspectivas* (pp. 11–29). São Paulo: Ed. UNESP; FAPESP.

Mignot, A. C. V. (Org.). (2008). *Cadernos à vista: Escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Mignot, A. C. V. (Org.). (2012). *Objetos de escola: Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Mignot, M. J., Gonçalves, F., Casimiro, J., & Oliveira, I. (2010). Inventário e digitalização do patrimônio museológico da educação: Um projeto de preservação e valorização do patrimônio educativo. *Revista História da Educação*, 14(30), 153–179.\* Disponível em:\* <http://fae.ufpel.edu.br/asphe> (Acesso em 11 out. 2025).

Miller, D. (1998). *Material cultures: Why some things matter*. London: UCL Press.

Miller, D. (2013). *Trecos, troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material* (R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

Mignot, A. C. V. (Org.). (2008). *Cadernos à vista: Escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Nora, P. (1993). Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7–28.\* Disponível em:\* <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763> (Acesso em 11 out. 2025).

Nunes, C., & Carvalho, M. M. C. de. (1993). Historiografia da educação e fontes. *Cadernos ANPED*, (5), 7–64.

Oliveira, J. P. G., & Souza-Chaloba, R. F. de. (2024). A patrimonialização da escola: Implementação de espaços de memória em instituições educacionais de Sergipe (2005–2018). *Proposições*, 35. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/DxtX3fnjKvmfHskhnt3cVH> (Acesso em 11 out. 2025).

Paes, M. L. (2004). *Arquivística: Teoria e prática* (3ª ed.). Rio de Janeiro: FGV.

Pelegri, S. C. (2007). *Patrimônio cultural e memória social: Reflexões sobre um conceito*. Brasília: IPHAN.

Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3–15.

Ricœur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp.

Rodrigues, A. M. L. (2006). A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 11(1), 102–117.

Rüsen, J. (2001). *Razão histórica: Teoria da história – fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB.

Schellenberg, T. R. (2006). *Arquivos modernos: Princípios e técnicas* (6ª ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.

Souza, R. F. de. (2013). Preservação do patrimônio escolar no Brasil: Notas para um debate. *Revista Linhas*, 14(26), 199–221.\* Disponível em:\* <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013199> (Acesso em 11 out. 2025).

Vidal, D. G. (2003). Arquivos e educação: Prática de arquivamento e memória. *Revista Educação & Pesquisa*, 29.

Vidal, D. G. (2006). Cultura e práticas escolares: Uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In *Anais do Seminário Cultura e Práticas Escolares*. São Paulo: FEUSP.\* Disponível em:\* <https://www.cme.fe.usp.br/downloads/culturaepraticasescolares.pdf> (Acesso em 09 nov. 2025).

## **Contribuições dos autores:**

**Elenilce Soares Mourão** – concepção, pesquisa, escrita e revisão do artigo.

**Cátia Alves Martins** – pesquisa, escrita e revisão do artigo.

**Josanilda Mafra Rocha de Moraes** – pesquisa, escrita e revisão do artigo.

**Naiana Carvalho Gonçalves** – pesquisa, escrita e revisão do artigo.

**Pablo Wilson Lima Dourado** – pesquisa, escrita e revisão do artigo.